



1 **ATA DE REUNIÃO DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO**
2 **PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E**
3 **ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM –**
4 **CPMEAQLG, DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ,**
5 **REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2024, DE FORMA PRESENCIAL**
6 **NO AUDITÓRIO DA OUVIDORIA AGRÁRIA.**

7 Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de 2024, às 09:00h, deu-se
8 início a 04ª Reunião Ordinária de 2024, dos membros da Comissão
9 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões
10 Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG, de forma presencial, no auditório da
11 ouvidoria agrária. Participaram da reunião: Des. MAIRTON MARQUES
12 CARNEIRO, Ouvidor Agrário e Presidente da CPMEAQLG; Eliana França
13 dos Santos Zacca, representante da Federação da Agricultura e Pecuária
14 no Pará (FAEPA); Mario Alfredo Souza Solano, representante da
15 Federação da Agricultura e Pecuária no Pará (FAEPA); Ibraim José das
16 Mercedes Rocha, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE);
17 Dr. Manuel Carlos de Jesus Maria, juiz titular da Vara Agrária de
18 Santarém; Dr. Amarildo José Mazzutti, juiz titular da Vara Agrária de
19 Marabá; Dr. Haroldo Silva da Fonseca, juiz titular da Vara Agrária de
20 Redenção; Dr. Antônio Fernando de Carvalho Vilar, juiz titular da Vara
21 Agrária de Altamira; Carlos Eduardo Barroso Bordalo, representante da
22 Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); Ione Missae da Silva
23 Nakamura, representante do Ministério Público Estadual (MPE); Herena
24 Neves Maués Correa de Melo, representante do Ministério Público
25 Estadual (MPE). A reunião foi gravada em áudio e vídeo, com
26 desgravação realizada posteriormente. **PAUTA:** 1. Aprovação da ATA de
27 Reunião Ordinária realizada no dia 19 de abril de 2024; 2. Informes: 2.1.
28 6ª Edição do Casamento Comunitário, realizada no dia 11 de maio de
29 2024; 2.2. Participação do Ouvidor Agrário no Podcast “Para fazer direito”,
30 realizado no dia 17 de maio de 2024; 2.3. Participação da Ouvidoria
31 Agrária no “I Congresso Paraense de Direito Notarial, Registral e Direito
32 Imobiliário, realizado no dia 20 de maio de 2024. 3. Ofício nº. 43/2024-
33 NAF/MPPA, encaminhado pela Promotoria da Justiça Agrária de
34 Castanhal, que informa acerca das providências tomadas pela Promotoria
35 de Justiça Agrária de Redenção e dá ciência da resposta da SEGUP,
36 referente ao conflito fundiário na área do imóvel denominado “São João
37 Deus é Pai”, localizado no Município de Santa Maria das Barreiras/PA; 4.

1





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

38 O que ocorrer. DES. PRESIDENTE: **ITEM 1.** Bom, são 9h10. Nós não
39 temos ainda quórum para iniciar. Vamos aguardar então mais um pouco.
40 Tem alguns componentes que estão chegando, em que pese nós
41 estarmos aqui desde cedo. Vamos aguardar então. DES. PRESIDENTE:
42 Bom, então já na segunda chamada, já temos número suficiente para
43 iniciar. Em sendo assim, dou por iniciada a presente reunião, que é a 6ª,
44 no dia 19 de abril de 2024. É a aprovação da Ata anterior. No silêncio, ela
45 está aprovada. E eu quero prestar alguns informes aqui, acompanhando
46 minha agenda aqui. **ITEM 2.** Nº 2: edição do casamento comunitário,
47 realizado no dia 11 de maio de 2024. Quarenta e cinco casais fizeram,
48 foram expedidas carteiras de identidade e três consultas médicas. Eu aqui
49 queria pedir também para a comissão de, quando nós realizarmos os
50 casamentos, por favor... Nós demos identidades neste mesmo dia e
51 também consultas médicas, só que não houve a divulgação necessária
52 em relação à expedição de carteira de identidade e consultas médicas.
53 Eu queria que fosse feito pelos componentes da nossa comissão para que
54 as pessoas realmente viessem nesse dia, porque, além do casamento,
55 nós temos essa expedição de certidão de nascimento e também de
56 consultas médicas. Muitas pessoas necessitam disso. E como nós
57 estamos fazendo um cunho social, nós temos que, efetivamente, fazer
58 com que a coisa realmente funcione, principalmente às pessoas que
59 pertencem à Faepa, às pessoas que pertencem à Secretaria de Direitos
60 Humanos, à Secretaria, também, racial, à Assembleia Legislativa, que
61 também muito contribuiu. Aqui eu queria agradecer aos parceiros, tanto
62 da Faepa, ao governo do estado, à Assembleia Legislativa que muito bem
63 nos serviu para que nós pudéssemos realizar não só os casamentos
64 comunitários, mas também como expedição de cestas básicas para os
65 casais, e algumas outras pessoas vulneráveis que aqui compareceram no
66 dia. Então... E conclamo novamente aos juízes agrários para nós
67 fazermos isso, um casamento comunitário de forma estadual. Nós temos
68 a Anoreg também que participa conosco. E especificamente o Tribunal
69 tem um numerário suficiente para pagar os cartórios que trabalhem como
70 parceiros. Não é a quantia efetivamente que eles cobram, mas o Tribunal
71 paga também para que os cartórios parceiros façam com que funcione
72 também no interior. Então, eu pediria novamente aos juízes agrários que
73 aqui estão presentes para fazerem esta parte social, o juiz agrário fazer
74 essa parte social, e que se porventura também desejarem fazer





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

75 expedição de carteira de identidade, é só falar comigo, que nós
76 entraremos em contato com o secretário de Segurança Pública para que
77 haja liberação também no interior. Então é só agradecimento ao pessoal.
78 Está franqueada a palavra para quem quiser fazer uso sobre esse
79 assunto. Ninguém quer fazer uso? Então, vamos passar para o segundo.
80 **ITEM 2.2.** Eu estive participando, como ouvidor, no *podcast* Para Fazer
81 Direito, realizado no dia 17 de maio passado, e o roteiro da entrevista foi
82 em relação ao direito. Tópicos importantes foram abordados por mim:
83 trajetória como juiz, desembargador e como ouvidor agrário do estado do
84 Pará a partir de 2019. Falei sobre a atuação no desembargo até os dias
85 de hoje, a atuação como ouvidor agrário e o papel da ouvidoria no TJ-PA,
86 regularização fundiária no estado do Pará, projetos sociais da Ouvidoria
87 Agrária, oferecimento de cursos e oficinas, emissão de documentos,
88 assistência jurídica, encaminhamentos para consulta médica, doações de
89 cestas básicas, atuação da Comissão Permanente de Monitoramento,
90 Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem. Todos
91 esses assuntos foram abordados nesse *podcast*, que está no nosso... tem
92 um... O *podcast* é Para Fazer Direito, é o nome do Instagram deles, tá?
93 **ITEM 2.3.** Segundo, foi a participação minha no 1º Congresso Paraense
94 de Direito Notarial, Registral e Imobiliário. Foi realizado agora, no dia 20
95 de maio deste ano. Fui convidado para a Tribuna, para fazer suas
96 considerações do evento, elogio à organização do evento e
97 reconhecimento do presidente da Ordem do... e da Dra. Lídia. Destaque
98 para a importância do registro notarial e sua falta de compreensão por
99 parte de muitas pessoas, experiência pessoal do orador ao trabalhar em
100 um encontro extrajudicial antes de se tornar advogado, familiarizando com
101 a área registraria, ênfase de que o trabalho registrador foi além de
102 um simples registro, exigindo amplo conhecimento do Direito em várias
103 áreas, incluindo Direito Trabalhista, discussão sobre a responsabilidade
104 do tabelião em garantir a integridade do registro e prevenir fraudes. Eu,
105 na época, reconheci as dificuldades enfrentadas pelos registradores, às
106 vezes devido às instituições, que não os apoiam adequadamente. Reforço
107 na importância do Congresso em discutir e resolver questões
108 relacionadas ao trabalho registral. Fiz um elogio à qualidade dos
109 representantes do evento, e na ocasião lembro-me que eu dizia que hoje
110 o registrador e o notário já não são mais aqueles antigos. Hoje, tanto o
111 registrador como o notário, eles têm um papel muito importante na nossa





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

112 sociedade, e eu digo isso porque hoje a responsabilidade do notário e do
113 registrador é muito grande, mas muito grande, e antigamente não, ele só
114 ficava naquela lei de registro público. Hoje, não, hoje tem uma gama de
115 responsabilidade para com o estado, tanto se... União, o estado mesmo
116 propriamente dito e o município. Então, ele tem que, efetivamente, ser
117 fiscal de tudo quanto é coisas que passam e que frequenta para dar uma
118 seguridade jurídica no que realmente é feito. Antigamente, como todos
119 nós sabemos, nós tínhamos cartorários aqui que tinham... um município
120 que tinha cinco, seis andares. Hoje já não encontramos isso, porque as
121 pessoas hoje se... Eu dizia também que para hoje ser você notário ou
122 registrador, para você passar num concurso é mais difícil até que
123 concurso para juiz de Direito, pela gama de trabalho... É o globalizante
124 que tem hoje, nos dias de hoje. Então, os cartorários, diferentemente dos
125 anteriores, hoje têm conhecimento, sabem muito bem a que poderá se
126 colocar, tendo em vista que qualquer deslize, no dia de hoje, é afastado.
127 **ITEM 3.** Aqui como sexto é o encaminhamento pela Promotoria de Justiça
128 Agrária de Castanhal, que informa acerca das providências tomadas pela
129 Promotoria Agrária de Redenção, e dão outras providências/respostas à
130 Segup, referente ao conflito fundiário na área do imóvel denominado São
131 João Deus é Pai, localizado no município de Santa Maria das Barreiras.
132 Teve um acirramento do conflito, do fato ocorrido em 22 de março de 2024
133 no município de Santa Maria das Barreiras. Ocorreram disparos de arma
134 de fogo na casa da Sra. Lara e seu esposo, e na troca de tiros, o nacional
135 Wallace(F) dos Santos Monteiro, o suspeito da tentativa de invasão, foi
136 alvejado. Dr. Haroldo, temos alguma coisa sobre isso ou não? SR.
137 HAROLDO SILVA DA FONSECA: Não. DES. PRESIDENTE: Não? DES.
138 PRESIDENTE: Só ficou só nisso mesmo, né, até o momento? DES.
139 PRESIDENTE: Bom, alguém quer se manifestar? Mantenha-se à
140 espera(F), a Dra. Promotora não chegou ainda. **ITEM 4.** Aqui no que
141 ocorrer, eu tenho uma comunicação a fazer aos senhores. Nós estamos
142 em... A doutora... Como é o nome dela? Está aí? A nova. A nova. DES.
143 PRESIDENTE: Sim. Chame ela. Ela está aí? Cadê ela? DES.
144 PRESIDENTE: Hã? Eu queria apresentar a nossa nova funcionária aqui
145 da Ouvidoria, a Dra. Naísa. Se apresente aí, Dra. Naísa, por favor. SRA.
146 NAÍSA CASTRO LEAL: Bom dia a todos. Eu sou Naísa Castro Leal.
147 Então... Eu estou integrando esse time, esse time agora, aqui na
148 Ouvidoria Agrária, né? Então, eu estou como assessora da Ouvidoria,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

149 juntamente com a Sra. Lívia. É um prazer estar aqui reunida com vocês,
150 e a partir de hoje espero contribuir com todos, e agradeço o momento.
151 DES. PRESIDENTE: Dê, por favor, as suas qualificações. SRA. NAÍSA
152 CASTRO LEAL: Eu sou formada em licenciatura em Química, Agronomia,
153 e tenho duas pós em Controle de Qualidade, e assim espero contribuir
154 imensamente aqui na Ouvidoria. DES. PRESIDENTE: Ela foi guindada
155 por nós, porque nós tivemos que tirar o nosso secretário-geral, que ele foi
156 para outras plagas, que era o Dr. Laércio. Ele agora está em meu
157 gabinete, no lugar do meu chefe de gabinete, que se aposentou, pediu
158 aposentadoria. Então, a Dra. Naísa entrou no lugar dele. Só que como ela
159 é iniciante aqui, eu coloquei no lugar do secretário-geral a Dra. Lena, que
160 vai agora, a partir de hoje, nos secretariar. E qualquer situação que a
161 comissão deseje deverá ou estar com ela ou então com a Dra.
162 Alessandra, que está nos secretariando agora na nossa comissão, está
163 certo, que foi dividida? Ela vai ficar aqui na comissão, ela como secretária-
164 geral, e a outra comissão, que é a de Conflitos Agrários, ficará a cargo da
165 Dra. Lívia. E quero também informar que já foi comprado o drone nosso.
166 E o que mais? DES. PRESIDENTE: Vérsio, por favor. SR. VÉRSIO: Bom
167 dia. Nós... a Ouvidoria... o Tribunal adquiriu um par de GPS última
168 geração, que o nosso já tinha passado a validade, e também um drone.
169 Já recebemos o par de GPS. Estamos só aguardando o drone. Isso vai
170 facilitar muito nossas perícias, né? Notadamente, nossas perícias. DES.
171 PRESIDENTE: Então, veja bem, nós estamos agora com GPS, nós
172 estamos com drone. Só falta efetivamente ainda o... O Vérsio e mais um
173 outro... Como é o nome do outro? ORADORA NÃO IDENTIFICADA:
174 Carlos. DES. PRESIDENTE: O Dr. Carlos também. E a Dra. Naísa, que
175 também vai ingressar, para fazer as perícias em relação aos conflitos
176 agrários, certo? Já estamos nos organizando para que nós não
177 precisemos de ninguém lá fora, não só de outras instituições, a não ser
178 de funcionários, porque até agora a Assembleia Legislativa não nos cedeu
179 ninguém. Fica aqui um pedido ao deputado Bordalo, que faz parte da
180 nossa comissão, para que ele chegue junto ao presidente da Assembleia
181 e diga a ele o que está faltando, né? SR. CARLOS EDUARDO BARROSO
182 BORDALO: O senhor já oficializou? DES. PRESIDENTE: Já. Já, há muito
183 tempo. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: O senhor me
184 manda uma cópia? DES. PRESIDENTE: Mando, sim. Mando, com
185 certeza absoluta, né? E eu vou também ter que oficializar ao governo do





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

186 estado para ver que espécie de coisa nós fazemos para a solução...
187 solucionar os nossos casos que nós temos aqui. Não esquecer, deputado
188 Bordalo, que nós precisamos fazer... Não sei se já passou lá a LOA para
189 ver se especificamente dá uma. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO
190 BORDALO: Está aberto a LDO agora. DES. PRESIDENTE: Pois é. SR.
191 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Se nós quisermos
192 apresentar qualquer coisa para a LOA, tem que apresentar agora na LDO.
193 DES. PRESIDENTE: Aham. Na LDO, né? Eu vou pedir ao nosso
194 secretário para que-- SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO:
195 Eu vou preparar uma emenda para a LDO. DES. PRESIDENTE: Pois é.
196 Para que efetivamente coloque para realmente a Ouvidoria Agrária, ou
197 seja, o setor agrário, andar com as próprias pernas, né? Seria muito bom
198 para nós não termos que ficar de pires na mão, certo? É muito bom nós
199 termos a companhia dos nossos companheiros aqui. Então tá. Está
200 apresentado, o Laércio já não está mais aqui, e agora à disposição da
201 Dra. Lena. Por favor. SRA. LENA VÂNIA MARTINS NUNES MONTES:
202 Bom dia. Bom dia a todos. Eu acho que todo mundo me conhece, né, que
203 eu já perturbei muita gente. DES. PRESIDENTE: Naísa, chama a Lívia.
204 SRA. LENA VÂNIA MARTINS NUNES MONTES: Tá? Mas eu estou à
205 disposição. Eu vou seguir tudo o que o nosso amigo Laércio deixou,
206 porque é um legado dele, e nós vamos dar continuidade, porque eu
207 sempre digo aqui que a Ouvidoria Agrária é uma família, entendeu?
208 Então, nós vamos continuar. A Ouvidoria Agrária está de portas abertas,
209 o meu telefone 24 horas do dia ligado. Quem precisar de mim, pode ligar,
210 e eu estou à disposição de todos, tá? Obrigada. DES. PRESIDENTE: A
211 secretária da comissão, nossa comissão aqui, está agora falando. SRA.
212 ALESSANDRA TRINDADE RIBEIRO LAUANDE: Bom dia a todos. Eu sou
213 Alessandra Ribeiro. Estou aqui secretariando junto com a Lena essa
214 comissão. Nós temos um grupo no WhatsApp para facilitar a comunicação
215 de forma mais rápida. Então, quem não estiver no grupo, fala comigo que
216 eu adiciono, porque a informação chega mais rápido e também vocês
217 podem me contatar por lá, além do e-mail nosso aqui da Ouvidoria. DES.
218 PRESIDENTE: Então, gente, vocês estão apresentados. Eu estou
219 chamando a Dra. Lívia, não sei se ela está ou não, não está. Por favor,
220 Dra. Lívia. SRA. LÍVIA BASTOS SANTOS: Pois não, desembargador.
221 Bom dia. Olá, bom dia a todos. DES. PRESIDENTE: Se apresente aí. Só
222 estou dizendo que você agora é secretária da Comissão de Conflitos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

223 Então... SRA. LÍVIA BASTOS SANTOS: Isso. Bom dia a todos. Eu acho
224 que, de alguma forma, eu já tive contato com todos. Eu sou Lívia. Sou
225 assessora da Ouvidoria Agrária. Fui designada para secretariar os
226 trabalhos da Comissão de Soluções Fundiárias, e estou à disposição para
227 prestar esclarecimento, informações, cada vez mais melhorar os
228 trabalhos. Fiquem à vontade. DES. PRESIDENTE: Então, gente, equipe
229 apresentada. Os demais componentes vocês já conhecem. Se porventura
230 eles faltarem com vocês, é só me procurarem. Duvido que irão faltar.
231 Vocês viram a disposição que estão. Nós estamos numa sequência muito
232 grande de trabalho devido à Comissão de Conflitos, mas nem por isso
233 nós nos esquecemos dessa comissão. Essa comissão, por ser a primeira,
234 ela tem todo o cabedal possível e imaginário para que qualquer assunto
235 seja levado também à Comissão de Conflitos, está certo, da qual eu
236 também sou presidente. Não sei por que me escolheram. Era para ter sido
237 escolhido outra pessoa, mas ela declinou, e lá vem a presidente e me
238 colocou também na de conflitos. E nós estamos trabalhando arduamente,
239 os nossos juízes agrários sabem disso, nós estamos dando soluções. Por
240 exemplo: a Campo de Boi, nós terminamos... Quando foi que nós
241 terminamos a Campo de Boi? SRA. LÍVIA BASTOS SANTOS: A visita
242 técnica. DES. PRESIDENTE: A visita técnica. SRA. LÍVIA BASTOS
243 SANTOS: Terminou no final da semana passada. DES. PRESIDENTE:
244 Pois é. SRA. LÍVIA BASTOS SANTOS: Sexta-feira à noite. DES.
245 PRESIDENTE: Agora nós temos o que para fazer? Uma visita- SRA.
246 LÍVIA BASTOS SANTOS: Aí agora vão ser feitas as providências junto
247 aos órgãos, né, os parceiros, para a gente encontrar essa solução. DES.
248 PRESIDENTE: Depois irá surgir um relatório, e esse relatório,
249 dependendo do que ocorrer, nós vamos encaminhar... Se não houver...
250 Já houve mediação, já? SRA. LÍVIA BASTOS SANTOS: Não. DES.
251 PRESIDENTE: Não, né? SRA. LÍVIA BASTOS SANTOS: Só houve as
252 sessões individuais, tanto com os requeridos- DES. PRESIDENTE: Mas
253 vai haver a mediação ainda. Depois da mediação, a Dra. Josineide, que
254 está a cargo, irá fazer com que se resolva. Ou se vai cumprir liminar ou
255 se vai ter acordo... Bom, isso aí ainda não está encerrado. Temos também
256 outra visita... Aonde foi feita? Aqui, na área urbana? SRA. LÍVIA BASTOS
257 SANTOS: Ontem, nós fomos na Ocupação Rayana Alves, Movimento de
258 Mulheres Olga Benário. Hoje também a Dra. Josineide está em campo no
259 município de Marituba. É um sítio. DES. PRESIDENTE: Hoje é no sítio,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

260 né? Ontem foi onde? SRA. LÍVIA BASTOS SANTOS: Na Batista Campos.
261 DES. PRESIDENTE: Ah, tá. Então, veja bem, nós estamos também vendo
262 os conflitos urbanos, também, tá? E estamos a pleno vapor na comissão.
263 Não esqueçam que eu estou cobrando efetivamente os nossos
264 magistrados que estão na comissão para darmos solução ou de um jeito
265 ou de outro. O que nós temos é que dar solução. Nós temos prazo dado
266 pelo CNJ e estamos seguindo para a frente. Tivemos a visita também do
267 CNJ aqui. Eles vieram ver a nossa expertise aqui, como é que nós
268 funcionamos aqui. Comentários que... informaram que nós somos os
269 primeiros a fazer o que efetivamente está sendo feito, o modo como está
270 sendo trabalhado. Nem Paraná, que o CNJ pegou como paradigma, está
271 fazendo o que nós estamos fazendo aqui no Pará. Então, isso é bom para
272 nós aqui. Nós temos, conforme eu já falei para vocês, temos dois
273 componentes na Comissão Nacional. Eu cobrei deles aqui, por ocasião
274 da vinda dos componentes do CNJ, quando é que eles vão instalar a
275 Comissão Nacional Federal aqui. Eles não souberam me dizer, eu estou
276 aguardando, aguardando que é para nós efetivamente trabalharmos em
277 conjunto. Não há por que nós não trabalharmos em conjunto com o
278 pessoal da Justiça Federal. Mas se porventura eles não derem condição
279 lá, nós vamos dar por aqui, tá? A não ser que o caso não seja nosso, pela
280 Comissão de Conflitos Agrários, né? Então, estamos aqui a pleno vapor,
281 todos os funcionários da Ouvidoria estão imbuídos nesta situação, o Dr.
282 Vêrsio, o Dr. Carlos, agora a Dra. Naísa. Estão em campo para... estão
283 sobrecarregados, mas o trabalho é bom por causa disso. Quanto mais
284 'sobrecarregamento' tiver, melhor. Dra. Ione, meus agradecimentos pela
285 presença, tá? Então, gente, é isso. Mais alguma coisa? O doutor queria
286 falar? Doutor? Pois não. SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCES ROCHA: Bom,
287 eu acabei de mandar aí no grupo uma notícia que o MMA, junto com o
288 CNJ e os cartórios, assinou recentemente, no dia 21, agora, de maio, um
289 acordo de cooperação técnica para conter desmatamento e grilagem em
290 áreas da Amazônia legal. E aqui cita municípios paraenses. Eu queria
291 então propor que fosse possível articular uma reunião para que essa
292 comissão possa conhecer melhor esse acordo de cooperação, como vai
293 ser a funcionalidade dele. Acho que seria interessante nos conhecermos
294 esse... como vai operar, né, e claro, evidentemente, como poderíamos
295 colaborar. DES. PRESIDENTE: Foi aprovado onde? SR. IBRAIM JOSÉ
296 DAS MERCES ROCHA: Foi o CNJ junto com o Ministério do Meio





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

297 Ambiente e os cartórios. Eu mandei no grupo, agorinha mesmo, a notícia.
298 DES. PRESIDENTE: Tá bom. O senhor quer esclarecimento quanto a
299 isso? É isso? SR. IBRAIM JOSÉ DAS MERCES ROCHA: Isso, eu queria
300 que fosse feito um esclarecimento, como funciona... enfim. DES.
301 PRESIDENTE: Tá bom então. Está em discussão. Está aprovado então
302 fazer um encaminhamento solicitando informações, tá? Doutor... Mais
303 alguém quer falar? Não? Pois não, doutor. SR. MARIO ALFREDO SOUZA
304 SOLANO: Desembargador, bom dia. Bom dia a todos. Sempre é uma
305 satisfação revê-los com saúde. De forma objetiva, aproveitando o seu
306 pedido para o nosso deputado, tendo em vista que o órgão não está aqui
307 presente, mas eu não poderia não só como representante da federação,
308 mas como cidadão paraense, deixar de pedir em nome do órgão para o
309 nosso deputado Bordalo, o Iterpa... Não há como se fazer regularização
310 fundiária sem dinheiro. Os custos são altos. Então, assim como é
311 importante a Ouvidoria receber um orçamento específico para dar
312 encaminhamento nos seus trabalhos... Está vendo aí os custos que... é
313 diária, são equipamentos, enfim, não é nada barato. Da mesma forma o
314 Iterpa. Então, eu tenho participado muito de reunião aqui na Ouvidoria, e
315 agora na Corregedoria, que trata especificamente da questão fundiária, e
316 eu vejo os mais diversos debates sobre a questão fundiária. E aí, eu faço
317 essa pontuação na reunião: quanto é que os órgãos têm, seja federal ou
318 estadual, para materializar o que está sendo discutido? E aí criou um
319 problema, ficamos num imbróglio. Então, eu não poderia perder essa
320 oportunidade, deputado, com todo o respeito, de solicitar aqui, mesmo
321 não fazendo parte dessa instituição, que é o Iterpa, que esse é o primeiro
322 ponto. O segundo é agradecer, desembargador, a toda a equipe que está
323 fazendo esse esforço para resolver o problema da Fazenda Campo de
324 Boi. Realmente, é uma situação das mais emblemáticas que nós temos
325 no estado referente à questão fundiária, independente do que já
326 aconteceu, todos já sabem. Só agradecer, em nome da federação, para
327 dar uma solução, que já se espera aí há mais de década. Então fica aqui
328 o agradecimento em nome da federação e o desejo de sucesso. Na
329 questão de mediação federal, lembrar que foi publicado em janeiro, se eu
330 não estou equivocado, na representação federal do nosso estado, a
331 comissão deles. Então, aí era interessante ter essa vinculação da
332 comissão do estado com essa comissão, que foi publicado no Diário
333 Oficial da União referente à Comissão Federal de Mediação. Obrigado.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

334 DES. PRESIDENTE: Eu, particularmente, não fui avisado dessa
335 constituição dessa comissão. Inclusive, o próprio secretário da Comissão
336 Nacional não sabia dizer quem era, né? Até pedi para ele me informar
337 para nós entrarmos em comunhão, porque nós temos muito trabalho que
338 envolve quilombola, que envolve a nação indígena e que tem que haver
339 solução. Não é só aqui em Tomé-Açu, não; nós temos em diversos
340 municípios. Temos em Jacareacanga, temos em Marabá, temos em Novo
341 Progresso. Tem uma série de municípios que têm que ter solução
342 indígena e de quilombolas. Então, nós estamos preocupados com isso.
343 Eu pediria até para o secretário, viu, doutor, de indígena, viu, doutor, que
344 está representando, me dar umas informações quanto a isso, quanto ao
345 andamento dessa comissão, que até o momento nós não temos. E para
346 nós, inclusive, aqui da nossa comissão cobrarmos da Comissão de
347 Conflitos Agrários estadual, aqui regional, nós chamamos, que dê
348 providências, porque os conflitos estão acontecendo, o representante do
349 Ministério Público muitas das vezes não tem acesso, a não ser a Dra.
350 lone, que a Dra. lone é um azougue, ela vai para tudo quanto é lugar. Não
351 tem jeito. Inclusive, eu-- DES. PRESIDENTE: É. Eu, inclusive, quero
352 informá-la que já entrei em contato com o procurador do Ministério Público
353 para ver se organiza aí... Mandei o expediente para ele, ele ficou muito...
354 Eu digo: Olha... E pessoalmente eu disse para ele: Você quer matar a
355 Dra. lone. Não é possível. Não é só ela que é do agrário. Então, hoje a
356 Dra. lone está aqui, daqui a pouco ela está ali, e ela não pode ficar... É
357 física, né? Física, doutora. Não ocupa um lugar... dois lugares ao mesmo
358 tempo, não é isso? Então, fisicamente, ela não consegue fazer isso, né?
359 Ela é--DES. PRESIDENTE: É. Mas, doutora, a senhora sabe muito bem
360 que as colegas não são lone. lone é lone, e o resto é história. Não
361 adianta... Por exemplo, só quem vem para a comissão aqui é a senhora.
362 As demais arranjam... DES. PRESIDENTE: Olha aqui. As demais: "Olha,
363 eu não tenho", "eu não tenho tempo", "eu não vou fazer isso", "não vou
364 fazer aquilo". Agora a doutora chegou, né? DES. PRESIDENTE: É, eu
365 sei... Não, eu digo... DES. PRESIDENTE: Não, eu digo..., Mas a senhora,
366 doutora, é uma das que pouco vêm. A Dra. lone não, a Dra. lone, ela é
367 assídua. Quando ela não vem, ela me manda dizendo isso, e acontece,
368 entendeu? Não é que a senhora não seja, minha doutora. Não é que a
369 senhora não seja. Não me leve a mal. ORADORA NÃO IDENTIFICADA
370 [00:31:08]: Vou levar, né? DES. PRESIDENTE: Não faça isso. Não faça





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

371 isso. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [ininteligível] o senhor está
372 querendo dizer que eu não trabalho-- DES. PRESIDENTE: Não, não diga
373 isso. Não diga isso. Por exemplo, me disseram aqui que a senhora seria
374 da OAB. E não é, está vendo? Está vendo? Então, veja bem, às vezes a
375 gente diz umas coisas e é mal interpretado. Não interprete mal, não.
376 Então, gente, quando eu falo que é a Dra. Ione é porque a gente está
377 mais em contato, não é, ela está mais assídua. E efetivamente eu tenho
378 só que elogiar a Dra. Ione. A senhora também. A senhora tem a sua cota
379 de contribuições muito grande na nossa comissão. Não só na nossa
380 comissão, mas também participa do conflito. Agora, vocês são só uma,
381 né? E eu falava para o procurador-geral que nós temos que ter, como
382 temos aqui... Por exemplo, a Dra. Ione e a senhora são duas pessoas,
383 não é, duas do Ministério Público. Nós somos sete magistrados na
384 comissão. Todos os sete trabalhando, as senhoras não podem ficar ao
385 mesmo tempo em tudo quanto é lugar. Então tem que, logicamente, se
386 organizar. Falei também com o Dr. Waldir em relação a essa situação, ele
387 disse que está esperando. Ainda... Foi escolhido, mas não foi, porque não
388 saiu a portaria. Então... Não sei se depende de numerário, sei lá. Eu sei
389 que ele me disse que está em estudo para encaminhar... não sei se já foi
390 encaminhado, ele disse que ia fazer com a maior brevidade possível para
391 que fosse. Não sei se está faltando numerário ou alguma questão para
392 que efetivamente faça com que a comissão no Ministério Público
393 funcione. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Sim, estamos nos
394 esforçando para isso. DES. PRESIDENTE: Hã? SRA. IONE MISSAE DA
395 SILVA NAKAMURA: Nós fizemos uma reunião recentemente com as
396 promotorias agrárias. Bom dia-- DES. PRESIDENTE: Oi. SRA. IONE
397 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Desculpa. Bom dia, Excelência.
398 Obrigada pela menção, que muito me honra, agradeço de coração, mas
399 eu também faço o reconhecimento público aqui do esforço de todas as
400 nossas colegas e colegas promotores de Justiça. Nós temos novos
401 colegas promotores de Justiça em Redenção e em Altamira, que
402 assumiram recentemente. A Dra. Alexandra, em Marabá, também tem
403 um trabalho muito elogioso, muito reconhecido pela comunidade local. E
404 nós fizemos essa reunião recentemente justamente para elencarmos aí
405 como é que estão sendo os trabalhos da Comissão de Soluções
406 Fundiárias em todas as nossas regiões agrárias. Até vamos lhe fazer um
407 pedido, Excelência, que nós precisamos, até para justificar perante a





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

408 nossa administração superior, do relatório dos processos por região
409 agrária que a comissão está atuando e talvez a divisão pelos juízes, para
410 que a gente possa justificar... Porque eu já mandei o relatório da
411 comissão, que são sete magistrados e que nós somos cinco, que essa
412 conta não fecha, que ainda tem as audiências das Varas Agrárias
413 Ordinárias que continuam, e nós vamos precisar continuar justificando. O
414 ofício que Vossa Excelência encaminhou ao nosso procurador-geral, ele
415 já está na Subprocuradoria Jurídica-Institucional, com o Dr. Eduardo
416 Barletta, para deliberação, só que aí ele pediu que a gente subsidiasse
417 melhor com elementos, porque para fazer uma designação dessa
418 comissão, ele precisa justificar administrativamente a parte orçamentária
419 também. Então ele pediu algumas informações complementares. Então,
420 nós entendemos que essa informação que a Ouvidoria pode nos prestar,
421 ela vai ser fundamental para que a gente consiga fazer o convencimento,
422 a justificativa interna necessária para avançarmos aí na nossa
423 estruturação interna. Foi colocado pelos nossos colegas também na
424 reunião, Excelência, que é necessário que o Ministério Público
425 acompanhe as visitas técnicas com algum técnico, porque nós não somos
426 às vezes técnicos, tem alguns questionamentos que podem surgir, e aí
427 para fazer também a justificativa da ida de um técnico nós precisamos
428 nos organizar com uma certa antecedência. Aí nós precisamos avançar
429 também em receber uma Pauta com uma certa antecedência para
430 solicitar não só o carro, todo o equipamento, mas também esse técnico,
431 que seria importante para a gente, e até talvez para a equipe que vai, para
432 tirar ou dirimir alguma dúvida, às vezes o Dr. Vêrsio está sozinho lá, podia
433 ter outro técnico para também somar esforços. Então, nós temos feito
434 todo esse esforço para acompanhar os trabalhos que a comissão já vem
435 desenvolvendo e melhorar também a nossa atuação institucional. Então,
436 eu queria agradecer pelo espaço, agradecer pelo apoio da Ouvidoria
437 Agrária e também da comissão, assim, na sua pessoa, que tem sempre,
438 assim, não medido esforços para que os trabalhos aconteçam. A gente
439 sabe da inovação que é inclusive para o Brasil todo, e eu acho que nós
440 precisamos mais uma vez colocar o estado do Pará na sentinela, na
441 frente, como... iluminando aí os trabalhos nessa seara do combate à
442 violência do campo e também na promoção aí da justiça social. Então,
443 muito obrigada, Excelência, pelo apoio. E queria renovar aqui os meus
444 votos de agradecimento a essa comissão que para a gente é muito





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

445 importante. Eu peço desculpa pelo meu atraso, realmente eu fico fazendo
446 sessões para um lado, para o outro, é virtual, é presencial, e às vezes eu
447 não consigo estar em todos os lugares, mas eu me esforço bastante, e eu
448 tenho certeza que os nossos colegas todos, os promotores, também têm
449 feito a sua parte. E, enfim, muito obrigada. DES. PRESIDENTE: Deixa-
450 me lhe falar, Dra. Ione. O geral vai ser colocado, sim, informado, tá? A
451 senhora quer informar agora de junho, é isso? ORADORA NÃO
452 IDENTIFICADA [00:37:15]: Nós já vamos repassar junho-- SRA. IONE
453 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: A Pauta, né? ORADORA NÃO
454 IDENTIFICADA: A Pauta de junho. DES. PRESIDENTE: A Pauta de
455 junho. Agora, deixa eu só lhe falar. Muitas das vezes, por exemplo...
456 Devido à entrada, ao ingresso, muitas das vezes a visita técnica é feita
457 logo após, né? Por exemplo, a Olga Benário. Ela... a doutora marcou num
458 dia, ela voltou da Campo de Boi, marcou num dia a interlocução, aí depois
459 marcou num horário a interlocução com os ocupantes, marcou outro
460 horário com as pessoas, depois reuniu no local, fazendo a visita técnica,
461 já no dia seguinte, que foi ontem, se não me falha a memória. ORADORA
462 NÃO IDENTIFICADA: Foi ontem. Foi ontem. DES. PRESIDENTE: Então,
463 a coisa está sendo evoluída dessa forma, porque nós somos sete. E se
464 porventura for com falha a nossa informação, a culpa, na realidade, não
465 é da secretaria; é do dinamismo que vai ser feito. Minha doutora, a
466 senhora queria falar. Fica à vontade. SRA. HERENA NEVES MAUÉS
467 CORREA DE MELO: Então, doutor, na verdade, eu tive uma conversa
468 com a Procuradoria-Geral sobre essas... Porque nós queríamos... a nossa
469 ideia, minha e da Dra. Ione, foi estabelecer uma comissão compatível com
470 a do Tribunal. Essa que é a nossa ideia, que o Ministério Público fizesse
471 a sua Comissão de Promotores para a Comissão de Soluções Fundiárias.
472 Nós chegamos a conversar isso no GT Agrário, decidimos e definimos.
473 Porém, a Procuradoria-Geral solicitou que nós tivéssemos a antecipação
474 da Pauta com pelo menos 30 a 40 dias de antecedência. E não só da
475 audiência em si, das sessões individuais, da sessão de interlocução, mas
476 especialmente das visitas técnicas, porque a Procuradoria-Geral... eles
477 querem... eles gostariam do calendário inteiro. Claro, não precisa ser do
478 semestre inteiro, mas, por exemplo, pelo menos bimensal, para que
479 pudesse organizar os técnicos, porque nós temos um grupo de apoio
480 técnico-institucional, mas esse grupo, ele também tem outras questões
481 que eles realizam principalmente com as promotorias de Meio Ambiente,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

482 e aí fica complicado. Então, nas regiões... Por exemplo, lá no Oeste do
483 Pará, nós temos um em Itaituba, nós temos um em Santarém que
484 poderiam nos ajudar, em Jacareacanga, mas é impossível se nós não
485 tivermos pelo menos bimensal, porque... para pagamento de diárias
486 principalmente e os carros com combustível e o motorista. É uma questão
487 de organização mesmo logística, porque, vocês sabem, o Oeste do Pará
488 pega praticamente metade do estado. DES. PRESIDENTE: Verdade.
489 SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: É isso. E por esse
490 motivo eu estou... Por exemplo, teve uma que foi com sete dias de
491 comunicação. Quem pôde ir foi o Dr. Bruno, porque ele trabalha em
492 Óbidos, então ele conseguiu se deslocar à Oriximiná, porque eu já tinha
493 outro compromisso anterior. Então são só essas questões mesmo de
494 apoio logístico. Não tem como a gente se deslocar rapidamente, comprar
495 passagem. DES. PRESIDENTE: Eu fiz ver também... Ao procurador
496 também eu fiz ver, porque... o agrário também, que tem muito trabalho na
497 comarca, ele tem outras atribuições, e aí às vezes monta... Realmente, o
498 que eu puder fazer, fique certa disso, nós vamos fazer. Inclusive, agora,
499 no mês de junho, vamos ver se-- SRA. HERENA NEVES MAUÉS
500 CORREA DE MELO: Olha, por exemplo, segunda-feira eu vou para duas
501 visitas, mas não são da comissão; são nossas extrajudiciais, porque a
502 gente fica... O Ministério Público, ele tenta trabalhar na prevenção do
503 conflito. Então, por exemplo, lá no PAE Tapará, que é uma comunidade
504 ribeirinha, a uma hora de barco de Santarém, uma hora de lancha, eles já
505 estão entrando numa questão de conflito armado. Então, nós vamos
506 tentar fazer uma solução, uma mediação, antes que precise ajuizar ação,
507 isso... Depois, eu sigo para Alenquer, para fazer o Fórum de Questões
508 Agrárias e Fundiárias. Nós fizemos uma reunião, vamos fazer em
509 Alenquer esse fórum, no Sindicato de-- DES. PRESIDENTE: A senhora
510 trabalha em Santarém, é? SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE
511 MELO: É. O meu município é Santarém. DES. PRESIDENTE: Com o Dr.
512 Manuel. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Isso, com
513 o Dr. Manuel. SR. MANUEL: Até gostaria de saber, doutora. Agora em
514 junho nós teremos audiência com o pessoal [ininteligível], duas. Eu
515 gostaria de saber se a senhora vai comparecer também nessa audiência.
516 SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Eu posso
517 comparecer-- SR. MANUEL: O Ministério Público já foi-- SRA. HERENA
518 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Já está acho que na nossa agenda,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

519 doutor. É. SR. MANUEL: Já foi intimado. Eu gostaria que a senhora
520 comparecesse. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO:
521 Sim. Certo. SR. MANUEL: Seria ótimo. Muito obrigado. SRA. HERENA
522 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Obrigada. Com certeza. Então, aí
523 tem essas questões da Pauta, infelizmente. Então... Só que a
524 Procuradoria-Geral, ela não acompanhou talvez diretamente a formação
525 da comissão com os sete juízes. Então, por exemplo, eu estou apoiando
526 a Ione em algumas questões. Eu acho que eu tenho uma que ela tem
527 incompatibilidade no mesmo dia. Dia 12 de junho, né, Ione? É 11 ou 12
528 de junho. Então, quem vai participar sou eu aqui na Ouvidoria Agrária. Já
529 saiu até ontem a minha designação, porque ela pediu logo com
530 antecedência. Então é assim. DES. PRESIDENTE: Pois é. Mas eu vou
531 fazer todo o possível para encaminhar com antecedência máxima
532 possível, tá? Fique certa disso. O doutor queria falar? Não? Mais alguém
533 quer falar, gente? Não? Vamos ver o dia da próxima reunião. DES.
534 PRESIDENTE: Já. Acabou até. SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA:
535 [ininteligível] só queria retornar um pouco ao Item 3, porque eu consegui
536 falar... Eu queria retornar ao Item 3, porque eu consegui falar aqui tanto
537 com a minha assessora quanto com a diretora de secretaria, e nós não
538 fomos comunicados dessa morte. E o processo, inclusive, está para
539 despacho, e o autor, atualmente, peticionou dizendo que não pretende
540 mais demandar neste processo. E o Ministério Público manifestou,
541 solicitando algumas diligências para que se evite a extinção do processo
542 quando... para que seja verificado se há alguma interferência dessa
543 empresa que adquiriu essas posses dessas pessoas, porque parece-me
544 que a área é pública também. Então, o processo está para despacho do
545 conclusivo agora. DES. PRESIDENTE: Dra. Ione, esse aqui é daquele São
546 João Deus é Pai. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Isso. DES.
547 PRESIDENTE: Não sei se é com a senhora ou com ela. SRA. IONE
548 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Não, pode ser-- DES. PRESIDENTE:
549 Que houve uma comunicação aqui que teve um acirramento... Promotoria
550 de Castanhal informou que houve acirramento nessas situações e que
551 teria havido uma... Santa Maria das Barreiras, que pertence lá. E na troca
552 de tiros, o nacional Wallace dos Santos Monteiro, suspeito de tentativa de
553 invasão, foi alvejado. Não fala que foi morto, fala que foi alvejado. Não sei
554 se faleceu, né? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Sim, sim.
555 DES. PRESIDENTE: Não sei se a senhora tem alguma outra notícia.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

556 Tem? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Excelência, essas
557 informações nós obtivemos da Promotoria Agrária de Redenção, que
558 foram mencionadas na reunião passada algumas informações pedidas
559 inclusive pela Alepa de como estariam as autoridades locais atuando.
560 Então, a Promotoria de Redenção, a Promotoria Agrária, pediu
561 informações da delegacia, e aí o delegado encaminhou esse relatório com
562 mais detalhes de que... informando que está apurando todos os fatos que
563 ocorreram ali, naquela localidade. E aí, eu remeti para esta comissão
564 somente para conhecimento de que a autoridade local já tem adotado
565 providências, encaminhou um relatório para o promotor agrário de
566 Redenção, e ele me afiançou que está acompanhando, par e passo, com
567 a autoridade local o desenrolar das investigações. DES. PRESIDENTE:
568 O promotor de Redenção? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:
569 Redenção. Aí como coordenadora do núcleo, eu encaminhei para a
570 Ouvidoria. DES. PRESIDENTE: Eu pergunto: o senhor desejaria que a
571 comissão-- DES. PRESIDENTE: Tá, mas digo lá para o doutor. Queria
572 que fosse oficiado ao promotor de Redenção para... A Promotoria de
573 Redenção para dar- DES. PRESIDENTE: Não, não. Não é para isso. O
574 senhor... Porque ele está aqui e está querendo saber... Porque a
575 promotoria pediu algumas informações, mas não citou essa situação aqui.
576 Não é isso? É isso, Dr. Haroldo? SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA:
577 Sim. Nós não temos comunicação oficial nenhuma acerca desse episódio.
578 DES. PRESIDENTE: Tá. SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: Acerca
579 desse episódio-- DES. PRESIDENTE: Aí eu pergunto para o senhor: o
580 senhor quer que a comissão aqui officie a promotoria lá para que dê a
581 informação oficial? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:
582 Excelência, eu poderia ser... A Ouvidoria, se o Dr. Haroldo concordar,
583 encaminhar para conhecimento do juiz agrário de Redenção-- DES.
584 PRESIDENTE: É ele. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Os
585 fatos que estão sendo... Sim. Se o senhor acha que isso atende a sua
586 demanda. Porque aí é importante o juiz também acompanhar o
587 desenrolar. DES. PRESIDENTE: Sim. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
588 NAKAMURA: Porque não é objeto da apreciação do magistrado agrário,
589 mas é sempre importante. Nós atuamos sempre com a prevenção. Então,
590 minha sugestão, Excelência, seria encaminhar essas informações
591 prestadas, até por celeridade, para o juízo agrário de Redenção,
592 Excelência. SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: Seria até bom,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

593 desembargador, porque, na verdade, eu até já, me antecipando um pouco
594 do despacho, determinei que a gente faça... A gente vai fazer uma
595 inspeção *in loco*. DES. PRESIDENTE: Tá. Então eu vou encaminhar. SR.
596 HAROLDO SILVA DA FONSECA: Entendeu? Então, assim, essa
597 comunicação nós não temos, oficial não. Inclusive, ela está falando...
598 tentando falar com a assessora do Ministério Público para ver se me traz
599 alguma informação acerca desse episódio. SRA. IONE MISSAE DA
600 SILVA NAKAMURA: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
601 PRESIDENTE: Então, eu vou encaminhar o que nós temos aqui para o
602 senhor, tá? SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: Está ótimo. DES.
603 PRESIDENTE: Encaminha essa cópia, tá, do expediente da Dra. Ione.
604 DES. PRESIDENTE: Dra. Ione, Ofício nº 988/2024, tá? Para o juiz agrário
605 de Redenção. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Excelência, eu queria
606 também... DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. AMARILDO JOSÉ
607 MAZUTTI: Eu só queria parabenizar a Ouvidoria aí por essa aquisição de
608 drones, essa modernização, que também vai ser útil lá para Marabá,
609 porque a gente precisa. Eu estava falando com o Francisco, disse que
610 atua em Castanhal, mas nós vamos precisar muito disso também, desse
611 drone, em Marabá, na região de Marabá. Então, isso aí já é uma... Está
612 de parabéns a comissão aí por essa... a Ouvidoria por essa iniciativa de
613 aquisição. Bom, eu tenho uma... Eu queria só comunicar que eu estou
614 recebendo segunda-feira... segunda-feira eu estou recebendo o pessoal
615 da Ouvidoria Agrária Nacional em Marabá e também do Ministério do
616 Desenvolvimento Agrário. É que a situação é a seguinte: tem vários
617 processos que voltaram da comissão sem mediação. Aliás, não
618 conseguimos a conciliação. Então, o pessoal de Brasília está vindo em
619 Marabá segunda-feira, e estão fazendo reuniões, né? Eu até falei com a
620 coordenadora lá de Brasília que trouxesse soluções efetivas, porque
621 conversa... porque, na verdade, fica difícil a gente, por exemplo... O
622 pessoal não... o programa de reforma agrária, ele não avança do governo
623 federal. É uma preocupação nossa, porque está chegando agora, para o
624 mês de setembro, eu já estou marcando, umas sete ou oito desocupações
625 de fazendas, e é um grande número de pessoas que vão ser desalojadas.
626 Então, a minha preocupação maior, e que eu acho que podia ser
627 'questionado' junto ao Incra, como é que anda esse projeto de... programa
628 de reforma agrária, porque a gente, na verdade, é só... O que nós temos
629 ouvido é só conversa, porque na prática, enfim, não tem... O governo





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

630 federal não tem feito nenhuma aquisição de área para fins de reforma
631 agrária. E os conflitos da região de Marabá, sudeste, eles aumentam,
632 porque eu tenho praticamente hoje quase 30, quase 30 fazendas para
633 desocupar. É praticamente a metade do que nós temos aqui no estado do
634 Pará. E eu tenho toda essa preocupação, e a gente precisa do Incra. Aí
635 nós tivemos uma audiência em Parauapebas, até o novo representante
636 do Incra esteve presente, mas “depende de Brasília, depende de Brasília,
637 depende de Brasília”, e a situação fica... fica uma situação muito
638 complexa, né? E os conflitos ficam... os ânimos ficam acirrados. E a
639 região já é uma região explosiva, já, por... ORADORA NÃO
640 IDENTIFICADA: Historicamente. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:
641 Historicamente, com aquele histórico de Eldorado dos Carajás. Então, eu
642 queria que ficasse registrada essa minha preocupação. Nós fizemos
643 inspeção agrária em Parauapebas ontem... anteontem da Fazenda
644 Tapete Verde. É uma área que está ocupada há 16 anos, o município de
645 Parauapebas inclusive mantém uma escola municipal dentro da área,
646 dentro da área. São 350 famílias, né? Tem famílias muito pobres que
647 estão lá trabalhando na agricultura familiar e outros mais nababescos,
648 assim, alguns com umas mansões lá também. Mas muita gente que
649 precisa muito, né? Muitas crianças na escola. Tinha praticamente... vi
650 mais de cem crianças na escola. Crianças pequenas, né? E o município
651 presta o auxílio com transporte escolar, com professores, com merenda
652 escolar, com ar-condicionado, mas está dentro de uma área ocupada.
653 Então são essas preocupações que a gente traz aqui para a comissão
654 para que, quem sabe, pudesse ser ‘questionado junto ao Incra para saber
655 qual é a efetividade real dessa possibilidade de uma reforma agrária. Era
656 isso. DES. PRESIDENTE: Deixa-me lhe informar. Eu estive em Marabá,
657 lá na... Inclusive, despachei na sua sala com o novo superintendente do
658 Incra, o Dr. Claudinei. Só que eu passei duas horas conversando com ele.
659 Pessoa muito boa, muito séria, entendeu, e que me informou que iria
660 efetivamente tomar conta da coisa, em que pese estar de forma provisória
661 lá. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele já saiu. DES. PRESIDENTE: Eu
662 sei. Aí eu conversei com ele dizendo para ele o seguinte: que primeiro ele
663 tinha que ajeitar a casa dele, que estava bagunçada, mas muito
664 bagunçada, e que não se comunica... O Incra... ORADOR NÃO
665 IDENTIFICADO: Tem que manter fora esse negócio. Já é a terceira vez.
666 DES. PRESIDENTE: É. O Incra não se comunica... o Incra Marabá não





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

667 se comunica com o de Belém, o de Belém não se comunica com o de
668 Santarém, e por aí vai. Então, ele teria que, logicamente, ajeitar primeiro
669 a casa dele. E se porventura ele não conseguisse ajeitar a casa dele, por
670 favor, que ele fosse embora, que realmente não daria para ele continuar,
671 porque primeiro ele teria que ajeitar a casa dele... Aí eu citei aqui, a
672 Ouvidoria. Primeiro eu tive que ajeitar a minha casa para depois a casa
673 dos outros, né? E ainda continuo ajeitando aqui a casa. Aí eu disse: Olha,
674 e o senhor tem bons propósitos, é uma pessoa maravilhosa. E para
675 surpresa minha, um mês depois ele pediu para ir embora. E tem um outro
676 agora lá, não sei quem é, não se apresentou ainda, não falou
677 absolutamente nada. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele já saiu? DES.
678 PRESIDENTE: O Claudinei? O Claudinei já. Já, já, já saiu. Olha aí, o outro
679 nem sei se comunicou com o juiz agrário. O atual, né? Nem a mim. Então,
680 eu não sei a que vai o Incra. O Incra, sinceramente, eu tenho... A
681 instituição Incra para mim é uma instituição falida. Pelo menos aqui no
682 Pará. Não se comunica, não diz a que veio. O Dr. Claudinei tinha
683 excelente... DES. PRESIDENTE: É, exato. Excelente, mas, infelizmente,
684 teve que ir embora. Ele tinha outros afazeres lá no estado dele, e foi
685 embora. E parece-me que... Eu li por reportagem, acho que foi postado
686 por ti até, não foi? O nome do comandante é lá de Conceição do Araguaia.
687 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, Conceição. DES. PRESIDENTE: É.
688 Mas até hoje, eu não tenho conhecimento efetivo, efetivamente, de quem
689 é, quem é, quem seja, porque não se comunicou. Não se comunicou. Mas
690 nós estamos vendo o Dr. Bordalo, que tem essas informações completas,
691 poderia até me informar quem é, e se porventura pudesse, eu entraria em
692 contato com ele para saber o que é que está havendo de novo com o
693 Incra em Marabá. Se não tem condições... Estão dizendo que o Incra está,
694 vamos dizer, acéfalo. Não tem funcionário, não tem... e os funcionários
695 que tem lá no Incra - tem muito funcionário lá no Incra, viu? - não sei a que
696 vão. Lembro-me quando estive lá, recente, o Incra funcionava um dia só
697 na semana para o público. E os demais dias fazia o quê? Sei lá. O senhor
698 queria falar? SR. MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Por favor. Alô?
699 Desembargador, senhoras e senhores. Agradeço a lembrança pelo Dr.
700 Mazutti, a complementação do desembargador sobre o Incra. Na última
701 reunião que aconteceu na Corregedoria, questão fundiária, uma das
702 perguntas que eu fiz é: Onde estava o Incra? O Incra participou desta
703 Comissão Fundiária lá da Corregedoria uma vez, um representante, ano





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

704 passado. A Comissão Fundiária já existe há um ano no Tribunal de
705 Justiça. Então, assim, olha o que nós estamos ouvindo de novo aqui,
706 Ouvidoria. A pergunta que eu faço é a seguinte: a responsabilização
707 dessas pessoas... Eu fui servidor público. Se eu deixasse de cumprir
708 minha atividade, eu respondia. Então está na hora de responder. Está na
709 hora de responder. Até porque a regularização fundiária,
710 responsabilidade do Incra por mais de 60% do território do estado do
711 Pará, é fundamental para pacificar os conflitos fundiários, gente. A quem
712 interessa não resolver os conflitos fundiários? A quem interessa não
713 funcionar o Incra? A quem interessa continuar sem a regularização
714 fundiária nos territórios federais no estado do Pará? Aí eu vejo aqui o Dr.
715 Ibraim mandar para todos nós essa - eu estou lendo aqui - parceria entre
716 o MMA, o CNJ. Bioma Amazônia. Isso me incomoda como cidadão
717 amazônico, porque nós não temos problemas fundiários, nós não temos
718 problema de supressão territorial na Amazônia só, não. Tanto que aqui
719 fala em 30%. Cadê os 70%? Por que não foi feito o acordo para resolver
720 o problema de 70% do Brasil? Por que só o Bioma Amazônia? Essas
721 coisas incomodam, deputado, porque parece, assim, que só tem
722 criminoso aqui na nossa região amazônica, na questão ambiental; no
723 resto do Brasil não tem. E que só nós temos que trabalhar. Isso é muito
724 triste, desembargador. Eu acho assim: o Incra não está participando, não
725 está fazendo o papel dele, não está correspondendo, os conflitos estão
726 aí, precisam ser pacificados e resolvidos, e, obviamente, a gente depende
727 dessas instituições, o Iterpa pelo Pará, o Incra pelo governo federal, e se
728 não está participando, tem que responsabilizar. Eram essas as
729 considerações. Agora, quanto àquela questão do Paraná, sobre questão
730 de expertise junto ao CNJ, sobre questão fundiária, eu acho que eu já fiz
731 questão de externar naquela reunião que aconteceu na Corregedoria, que
732 esteve presente o CNJ lá, juíza representando o CNJ, onde eu deixei bem
733 claro: quem pode dar aula para este país sobre questão de tratativas
734 fundiárias são os senhores. E inclui, inclusive, o Ministério Público.
735 Porque vocês são pioneiros, desde 2002. Eu estava no Tribunal quando
736 foi instalada a 1ª Vara Agrária. Então, ninguém lá de fora vem dar aula
737 para os senhores. Os senhores e as senhoras podem ministrar para eles
738 e ensinar a expertise que os senhores têm e que ninguém tem tanto
739 conflito para gerenciar e para mediar como os senhores e as senhoras
740 estão fazendo todos esses anos. É a mesma coisa comparar um médico





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

741 especialista em São Paulo de Belém. Nada contra todos os dois são
742 excelentes profissionais, só tem um detalhe: lá opera mil por mês; aqui
743 não chega a cem. Qual é o melhor? É o caso dos senhores e das
744 senhoras. Portanto, tem que exaltar a responsabilidade, mas o trabalho
745 dos senhores e das senhoras no que se refere à questão de mediação de
746 conflitos na atividade que os senhores exercem. Os senhores têm que dar
747 aula para fora. Eram essas as considerações. Obrigado. DES.
748 PRESIDENTE: O deputado quer falar. SR. CARLOS EDUARDO
749 BARROSO BORDALO: Bom dia. Satisfação, doutor. Eu acho que está
750 chegando a hora de a gente tomar uma medida, talvez pareça antipática,
751 mas necessária, porque, doutor, nós passamos alguns anos em que a
752 política do Incra aqui no estado foi inventar o negócio dos papéis para
753 iludir que estava fazendo regularização fundiária. Nós estamos vendo
754 esse papel circular por aí. Inclusive, eu tenho uma denúncia muito séria.
755 Cachoeira do Piriá, o senhor sabe onde fica? DES. PRESIDENTE: Sei.
756 SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Fronteira com
757 Maranhão. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Tem uma
758 turma andando lá nas comunidades, nos assentamentos, que lá tem os
759 dois maiores assentamentos de reforma agrária do país, Cidapar 1 e
760 Cidapar 2, onde foram assentadas 4 mil famílias, e tem uns picaretas
761 andando, doutoras, por lá, negociando esses papéis que foram entregues
762 pela gestão anterior do Incra. E está havendo uma reconcentração
763 preocupante de terra, porque nem é título, mas habilita para banco.
764 Habilita para banco. Então, nós estamos vendo uma reconcentração
765 perigosíssima. Eu estive lá esses dias na Câmara, e uns moradores de
766 uma comunidade chamada Baixinho... Quem conhece a área sabe o que
767 é o Baixinho. DES. PRESIDENTE: Eu sei onde é. SR. CARLOS
768 EDUARDO BARROSO BORDALO: O senhor sabe onde é o Baixinho. No
769 Baixinho, tem um ex-prefeito de Viseu, recente, era prefeito até um dia
770 desses em Viseu, foi cassado, comprando terra - terra não, papel - e
771 reconcentrando terra. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Papel. SR.
772 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Papel. Papel, papel, papel.
773 Acontece que a nova gestão no Pará também não consegue dar uma
774 resposta. Então, a minha proposta era a seguinte: que nós
775 convidássemos... Próxima reunião nossa com o tema fosse "O Incra".
776 Vamos botar o Incra na Pauta? DES. PRESIDENTE: Pode ser. SR.
777 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: E a gente convida os três





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

778 superintendentes para cá. Os três. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
779 NAKAMURA: [pronunciamento fora do microfone]. SR. CARLOS
780 EDUARDO BARROSO BORDALO: Hein? SRA. IONE MISSAE DA SILVA
781 NAKAMURA: Convida Brasília também, porque não adianta-- SR.
782 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: É, lança o convite para
783 Brasília, e vamos botar o Incra para... convidar o Incra, para o Incra expor
784 para esta comissão quais são os planos reais do órgão para o estado do
785 Pará. E em uma outra, se for o caso, a gente convida o Iterpa, para o
786 Iterpa vir dizer aqui, porque o Solano tem toda a razão, a atual gestão do
787 Iterpa... é inegável o esforço dela, inclusive o apoio do governador para o
788 Iterpa para a modernização dele, mas as pernas que dão para o Iterpa
789 são muito aquém também do que o Iterpa precisaria fazer, sem
790 desconsiderar a boa vontade que o governo atual tem com o Iterpa, mas
791 as pernas são curtas. Eu estou preocupado com o crescimento, de novo,
792 de conflitos, porque é uma velha coisa, né? Não existe espaço vazio, né,
793 doutor? Então, onde tem ausência de política, de presença, de ação, a
794 tendência é tudo que é tipo de interesse se aproveitar do espaço vazio e
795 tentar... Então, a minha proposta era a gente convidar, porque eu acho
796 que a gente... não sei se a gente pode convocar um órgão federal, né,
797 mas acho que nós devemos convidar e ter como único ponto de Pauta da
798 próxima reunião o Incra. Nós queremos ouvir do Incra, os três
799 superintendentes, e convidar a esfera nacional para falar qual é a
800 avaliação do Incra sobre a questão fundiária do Pará, sobre os programas
801 de desenvolvimento. Aliás, uma coisa boa recente foi a criação do
802 assentamento do Divino Pai Eterno. O senhor soube, né? DES.
803 PRESIDENTE: Ô! SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Que
804 houve uma reunião recente em Brasília. Então, eu acho que a gente tinha
805 que ouvir do Incra. Está na hora de o Incra vir aqui e dizer para nós
806 efetivamente. E eu conheci esse novo superintendente sexta-feira. Eric,
807 né, o nome dele? DES. PRESIDENTE: É. SR. CARLOS EDUARDO
808 BARROSO BORDALO: Me pareceu um rapaz com boa vontade, mas é
809 preciso ele se apresentar. Vai ter continuidade com o que Claudinei
810 deixou? Ele começa tudo de novo? Porque senão não... Era a minha
811 sugestão, doutor. DES. PRESIDENTE: Doutora. SRA. HERENA NEVES
812 MAUÉS CORREA DE MELO: Eu reforço o pedido do deputado Bordalo.
813 É muito importante essa... E também como é que é... Não deixa de ser
814 um complemento ao que o coronel Solano falou, porque eu acho que nós





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

815 precisamos entender quais são as propostas. A gente está mais uma vez
816 naquela questão de que estão decidindo por cima quando a gente está
817 aqui só para simplesmente aceitar decisões. O Ministério do
818 Desenvolvimento Agrário me chamou para uma missão em Altamira,
819 durante a semana toda, que seria essa semana do dia... de segunda até
820 hoje, sexta-feira. Infelizmente, eu não pude ir porque eles me ligaram
821 apenas na sexta-feira, e pelas mesmas questões de diária, passagem e
822 própria autorização do Ministério Público, a gente não tem condições de
823 fazer isso, mas teria sido muito interessante essa participação, porque eu
824 tive um trabalho lá na Volta Grande do Xingu, que ela teve... é a terceira
825 missão nacional. Então eu proponho, diante dessa própria agenda da
826 Ouvidoria Agrária Nacional, que nós convidemos para a nossa próxima
827 reunião a Dra. Claudia Dadico. Isso. Porque ela é uma pessoa... ela é
828 uma desembargadora federal aposentada, ou juíza federal aposentada,
829 eu não me recordo, e ela tem que estar com toda a questão de se
830 apropriar das pautas e poder fazer essa intermediação com o Incra, sem
831 deixar de convidarmos os superintendentes daqui do... E talvez o setor de
832 desenvolvimento de Brasília, que também é minha proposta. Então,
833 assim, eu reforço-- SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Tem
834 que convidar o Incra, doutora. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA
835 DE MELO: É, o Incra. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO:
836 Se tiver que falar sobre o Incra, tem que ser convidado. SRA. HERENA
837 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Não-- SR. CARLOS EDUARDO
838 BARROSO BORDALO: [ininteligível] presidente nacional. SRA. HERENA
839 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Isso, isso. SR. CARLOS
840 EDUARDO BARROSO BORDALO: Porque eu acho que como Ouvidoria
841 do maior estado da Amazônia, o maior dos problemas fundiários do país,
842 nós merecemos a atenção da presidência nacional do Incra. SRA.
843 HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Isso. E, assim-- SR.
844 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Não me interessa que
845 governo é. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Isso,
846 Excelência. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Se é de
847 esquerda, de direita, de centro, liberal, comunista. É governo do Brasil. E
848 como governo do Brasil, deve ao estado do Pará. E nós somos uma
849 instituição para fazer mediação de conflitos. SRA. HERENA NEVES
850 MAUÉS CORREA DE MELO: Isso, Excelência. Perfeito. SR. CARLOS
851 EDUARDO BARROSO BORDALO: Então, nós precisamos convidar o





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

852 presidente nacional do Incra. Se ele quiser trazer ouvidor, que ele traga.
853 Mas nós precisamos... As autoridades do órgão. SRA. HERENA NEVES
854 MAUÉS CORREA DE MELO: Isso.SR. CARLOS EDUARDO BARROSO
855 BORDALO: A ouvidora, ela ouve, eu a conheço, ela é de uma boa vontade
856 danada, mas eu tenho certeza que a doutora que ela falou tem maiores
857 problemas dentro do próprio Incra para que as mediações que ela faz
858 vicejem lá dentro. Então, está na hora de a gente chamar as autoridades,
859 doutor. O presidente nacional do Incra tem que vir aqui no Pará conversar
860 conosco. DES. PRESIDENTE: Muito bem.SR. CARLOS EDUARDO
861 BARROSO BORDALO: Ele tem que vir aqui conversar conosco. Vamos
862 convidá-lo. Se ele não quiser vir por convite, nós vamos fazer pressão
863 política para ele vir. Eu sei que ele esteve recente em Marabá. Não sei se
864 ele mesmo veio, porque os movimentos sociais lá se rebelaram e
865 disseram que não iriam mais para nenhum tipo de atividade do Incra
866 enquanto não conversassem com a esfera nacional. Aí eu sei que baixou
867 lá em Marabá uma comitiva do Incra, aí deram uma flexibilizada lá. Então,
868 veja bem, nós estamos aqui na frente do ouvidor do Tribunal de Justiça
869 do estado, ou seja, o TJE está aqui. Está aqui o presidente da Comissão
870 de Direitos Humanos do Parlamento do Pará. Está aqui a Federação da
871 Agricultura do Pará. Está aqui a Federação dos Trabalhadores da
872 Agricultura do Pará. Estão aqui todos os juízes agrários do Pará. Estão
873 aqui as promotorias agrárias do Pará. Então, nós merecemos... Está aqui
874 a comissão... a Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial do
875 Pará. Nós merecemos que o Incra... Desde que eu cheguei aqui que eu
876 ouço Vossa Excelência reclamar do Incra. Desde que eu cheguei aqui.
877 Então está na hora de a gente convidar o Incra, não só como
878 representante desta comissão, mas para a gente ouvir. Depois de um ano
879 e cinco meses de governo, já está na hora de ter um plano. Qual é o plano
880 do Incra? O que ele pretende no Pará? Qual é o nível de investimento que
881 está previsto para o estado? Vão fazer arrecadação de terra no Pará ou
882 não vão? Vão criar programa de novos assentamentos agrários ou não
883 vão? Vai ter programa habitacional para os assentamentos? Porque o
884 senhor sabe que acontece uma coisa, doutor? Eu fiquei assustado agora,
885 quando eu fui lá em Cachoeira, porque eu conhecia Cachoeira seis anos
886 atrás. O senhor sabe quantas horas eu levei da cidade para o seringal?
887 O senhor sabe onde é o seringal? DES. PRESIDENTE: Sei. SR. CARLOS
888 EDUARDO BARROSO BORDALO: Eu levei quatro horas de carro,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

889 doutor. Quatro horas de carro é mais da metade da viagem Belém-Lisboa.
890 Quatro horas de carro para atravessar 42... ou 50 quilômetros. Ou seja,
891 tudo que é estrada abandonada. Por que está havendo a reconcentração?
892 Porque os atuais assentados, se não merecerem atenção, a tendência é
893 a saída de novo da terra, porque ninguém aguenta ficar ali dentro com
894 estrada que não permite escoar produção para nada. Então, nós
895 precisamos... O Incra vai recuperar os assentamentos antigos? É isso que
896 é a minha proposta. A gente tem que convidar o Incra para ele vir aqui e
897 dizer quais são seus planos. DES. PRESIDENTE: Tá bom. Eu acho que
898 ninguém contra, não? SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE
899 MELO: Não. DES. PRESIDENTE: Não tem ninguém contra. Não é preciso
900 nem colocar em votação isso, né? DES. PRESIDENTE: Então, veja bem,
901 vamos então-- ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
902 microfone]. DES. PRESIDENTE: Vamos então... Já está aprovado o
903 requerimento não só do deputado Bordalo como da promotora, né, a
904 convocação de todos os representantes do Incra aqui. SR. CARLOS
905 EDUARDO BARROSO BORDALO: Os três superintendentes do Pará e o
906 presidente nacional do Incra. ORADORA NÃO IDENTIFICADA:
907 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: E inclusive o
908 ministro do Desenvolvimento Agrário. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
909 Manda o convite. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora
910 do microfone]. DES. PRESIDENTE: Convidar, tá? DES. PRESIDENTE:
911 MMA. DES. PRESIDENTE: Vai saber o que diabo é isso, né? SR.
912 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: [pronunciamento fora do
913 microfone]. DES. PRESIDENTE: E a matéria a ser da próxima reunião
914 será apenas o Incra. Da Pauta, tá? Entre outros assuntos no que ocorrer.
915 Então, gente, nós teremos agora que marcar essa reunião. Essa reunião
916 vai ser importante, ah, como todas são importantes, mas essa será melhor
917 para nós tirarmos qualquer dúvida. Eu iria lá, entendeu? Eu iria lá, mas é
918 problema de agenda também. Mas é bom que eles venham para cá.
919 Venham para cá. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora
920 do microfone]. DES. PRESIDENTE: É, venham para cá. Então, vamos
921 marcar? Qual é o dia que tem aí? Qual é o dia, doutora? ORADORA NÃO
922 IDENTIFICADA [01:12:32]: junho, né? DES. PRESIDENTE: junho.
923 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].
924 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem 14 ou 21, que aí a gente vai ter
925 um prazo. DES. PRESIDENTE: Dia 21 está bom para vocês? Está bom





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

926 para todo mundo? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Dia 21 de junho. SR.
927 MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador, só. Eu peço que
928 o senhor coloque aí na agenda para convidar o desembargador Roberto
929 Bezerra, corregedor, porque a questão fundiária também está lá com ele
930 e... É o mesmo problema. Não tem Incra lá. DES. PRESIDENTE: Não,
931 isso aí... Ele encaminha para a daqui tá? SR. MARIO ALFREDO SOUZA
932 SOLANO: Tá bom. DES. PRESIDENTE: Então vai ser dia 21. Está bom,
933 gente? ORADOR NÃO IDENTIFICADO [01:13:05]: Que dia? DES.
934 PRESIDENTE: Dia 21 de junho está bom para vocês? Dra. Ione. Cadê a
935 Dra. Naire? Cadê ela? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Saiu. Está aqui
936 ela, ó. DES. PRESIDENTE: Ei, psiu! Está bom dia 21? SRA. NAIRE
937 FRAGOSO REI: Dia 21 de junho? DES. PRESIDENTE: É, de junho. Está
938 bom? Então, vamos marcar para o dia 21, tá? Então está designado o dia
939 21. Está bom, doutor? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Está bom, Dr.
940 Ibraim? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tá. Eu vou estar viajando, mas
941 [ininteligível]. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do
942 microfone]. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vem? Tudo bem. DES.
943 PRESIDENTE: Então está bom, gente. Então, não havendo mais nada a
944 ser tratado, dou por encerrada. //////////////////////////////////////

945

946 **Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO**
947 Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de
948 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
949 Grilagem

